

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

**REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Do Sr. Jorge Solla)**

Requer a realização de audiência pública para discutir o financiamento da Atenção Básica à Saúde e a Carteira de Serviços da Atenção Primária.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 24, inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater o financiamento da Atenção Básica à Saúde e a “Carteira de Serviços da Atenção Primária” propostos pelo Ministério da Saúde.

Sugiro sejam convidados(as) representantes das seguintes entidades:

- Representante do Ministério da Saúde;
- Representante do Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);
- Representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e
- Representante da Confederação dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS).

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente o Ministério da Saúde anunciou que mudará a forma do financiamento da Atenção Básica à Saúde. De acordo com o órgão, o repasse de verbas passará a considerar o número de usuários cadastrados no sistema e o desempenho das equipes dos postos, levando em conta a informatização, atividades de promoção à saúde e horário de atendimento expandido, entre outros pontos.

Entre os dias 19 a 26 de agosto, o Ministério da Saúde colocou em Consulta Pública o texto-base da denominada “Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde Brasileira” que, segundo a pasta, servirá para definir os serviços que serão ofertados nas Unidades Básicas de Saúde.

Não é possível ignorar o cenário atual de restrição orçamentária e cortes em que se dá a apresentação das propostas do Ministério da Saúde. Em meio ao déficit de recursos e retrocessos nos investimentos públicos, o estabelecimento de um rol de ações e procedimentos e o financiamento com base na quantidade de usuários cadastrados, será, muito provavelmente, um fator de restrição do acesso, além impactar na integralidade da atenção à saúde. Atualmente, devido ao papel central do território para a Atenção Básica, bem como o princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde, o atual financiamento das equipes da Estratégia Saúde da Família leva em consideração o total de habitantes de cada região e município atendido.

É preocupante a perspectiva de considerar somente os usuários cadastrados para repasse de recursos, conforme proposta apresentada pelo Ministério da Saúde. Teme-se que haja uma grande restrição da população atendida.

Quanto à “carteira de serviços”, ressaltamos ainda que o exíguo prazo aberto para consulta pública e a exclusão da participação do Conselho Nacional de Saúde da construção da proposta, afronta sobremaneira os princípios democráticos e constitucionais do país.

Nesse contexto, ressaltamos que o SUS vem construindo uma caminhada de esforços na busca da garantia da integralidade, dentre os quais se destacam o investimento e estímulo e às ações prevenção e promoção à saúde nos territórios da atenção básica, fundamentais para o enfrentamento da determinação social da saúde. Entretanto, na contramão deste processo histórico, verifica-se que a carteira de serviços proposta é focada essencialmente em doenças e procedimentos técnicos, evidenciando um descompasso intenso que trará graves impactos na qualidade de vida e saúde das populações.

Ante o exposto, apresento a proposta de audiência pública e solicito o apoio dos nobres pares desta Comissão para que possamos debater sobre tema de tamanha relevância para a saúde pública no país.

Sala da Comissão, em 17 de outubro de 2019.

Deputado **JORGE SOLLA**